



X

## PROJETO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE HORTAS URBANAS

### APRECIÇÃO

A documentação que chegou à posse da Comissão foi dividida em três partes, a saber:

- Informações dos Serviços com o objetivo principal (Projeto Hortas Urbanas de Odivelas nas Colinas do Cruzeiro, processo nº 14.064/DPUPE, aprovado em 2013), e declaração de voto da CDU;

- Hortas Urbanas de Odivelas – Estratégia de Intervenção;

- Hortas Urbanas de Odivelas – Preâmbulo, Projeto de Regulamento e Anexo.

Após uma análise sintética ao Projeto de Revisão do Regulamento Municipal de Hortas Urbanas por parte dos membros da comissão detectaram algumas incoerências entre os documentos, que passamos a mencionar:

#### HORTAS URBANAS DE ODIVELAS – ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

##### ANÁLISE À ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Esta análise menciona entre outras coisas o seguinte:

*Este projeto visa a disponibilização de talhões, com aproximadamente 50m<sup>2</sup>, a particulares interessados em praticar a agricultura biológica e a compostagem na sua zona de residência;*

*A integração de perímetros agrícolas nos núcleos urbanos articulando com parques, corredores verdes ou linhas de água, constituem soluções mais sustentáveis bem como a integração de hortas espontâneas já existentes na Estrutura Ecológica Municipal;*

*Cita-se seguidamente Gonçalo Ribeiro Teles quando diz que – “Hoje na Europa, não se fazem parques, nem jardins, nem arranjos exteriores, nem “jardins da Celeste” como cá se fazem”.*

*O concelho de Odivelas, tal como outros da Área Metropolitana de Lisboa (AML), sofreu um crescimento urbano em extensão e fragmentado; apresentando-se, hoje, degradado aos níveis de eficiência do sistema urbano, acessibilidade e mobilidade reduzidas; desqualificação ambiental associada a uma agressão exacerbada dos espaços naturais mais sensíveis; descaraterização dos espaços, de valor natural e cultural, em termos de herança histórica, com consequências ao nível da identidade*

*coletiva; segregação social e espacial no acesso a bens e serviços urbanos e diminuição dos tempos e espaço para lazer e convivialidade.*

A Comissão considera não ser necessária esta “fustigação” relativamente ao território quando constantemente se menciona que Odivelas é um Concelho desenvolvido, com boas acessibilidades e de oportunidades.

## **HORTAS URBANAS DE ODIVELAS – REGULAMENTO**

O Preâmbulo do documento refere:

*O projeto caracteriza-se pelos limitados investimentos envolvidos, uma vez que as infraestruturas necessárias apresentam custos reduzidos, representando ainda um grande potencial de retorno na vida económica das famílias, sendo também um fator importante no combate à exclusão de desempregados, idosos e pessoas com deficiência.*

A Comissão interroga-se: Idosos e pessoas com deficiência?

Estes objetivos revelam-se irrealistas, tendo em conta os locais onde se tenciona implementar este projeto.

No mesmo documento pode ler-se:

*Mais do que uma simples associação de espaços hortícolas, pretende-se aproveitar a oportunidade do projeto para responder à necessidade de valorizar ambiental e paisagisticamente alguns espaços desqualificados, particularmente relevante junto a áreas ribeirinhas, em áreas complementares à estrutura verde municipal, em espaços desocupados e /ou abandonados de propriedade municipal ou particular, podendo constituir-se como espaços mistos de jardins e hortas devidamente relacionados com outros tipos de ocupação.*

A Comissão gostaria de saber como é que a Câmara Municipal tenciona ocupar terrenos particulares desocupados e/ou abandonados.

*ANEXO: Republicação do Regulamento de Hortas Urbanas de Odivelas*


*ARTIGO 2.º*

*Objetivo do Projeto das Hortas Urbanas*

- a) *Fomentar a prática da horticultura biológica como atividade pedagógica, criativa ou de recreio, de natureza comunitária, mediante a disponibilização aos munícipes de uma parcela de terreno destinada ao cultivo de plantas hortícolas, aromáticas, medicinais e ornamentais*

*No Artigo 3º pode ler-se:*

- a) *Agricultura tradicional;*

- 
- b) *Agricultura Biológica;*
  - c) *Horta Urbana;*
  - d) *Horta comunitária;*
  - e) *Horta inclusiva;*
  - f) *Horta pedagógica*
  - g) *Horta solidária;*
  - h) *Horta criativa;*
  - i) *Horta social;*
  - j) *Horta de recreio;*
  - k) *Talhão de cultivo*

A Comissão considera que a excessiva tipologia de hortas, consagrada no Artigo 3.º, é contraditória com a estratégia global do documento e promove a exclusão social e a estigmatização dos utilizadores, nomeadamente, quanto à tipologia de horta inclusiva, solidária e social.

Acresce que o que devia ser o objectivo principal, a Agricultura Biológica, está unicamente mencionada na alínea b) do mesmo artigo.

#### *ARTIGO 11º*

##### *CrITÉRIOS de seleção*

*1 – Na seleção dos candidatos serão considerados os seguintes critérios gerais:*

- a) Proximidade da área de residência relativamente à Horta Urbana;*
- b) Ordem de inscrição;*
- c) Outros critérios definidos no procedimento de admissão e seleção.*

A Comissão considera muito vagos os critérios de seleção. Acresce que o objectivo de proximidade da área de residência relativamente à horta urbana pode ficar comprometido atendendo à localização proposta para o projecto inicial, as Colinas do Cruzeiro.

Na alínea c) não se compreende que, sendo este um regulamento se remeta para “outros critérios” o procedimento de admissão e seleção sem os caracterizar.

Ainda que seja aceitável que os técnicos sigam o exemplo de concelhos vizinhos, os mesmos devem ser sempre adaptados à realidade de cada Concelho. Ou seja, os regulamentos devem ser adaptados à realidade onde são implementados e não as pessoas adaptarem-se ao regulamento.

A Comissão considera que a proposta de regulamento em apreciação apresenta uma estrutura sem coerência. Trata-se de uma espécie de fusão de outros regulamentos

existentes que associam conceitos diferentes do que se consubstancia por hortas urbanas e apresenta um conjunto de regras sem ligação entre si.

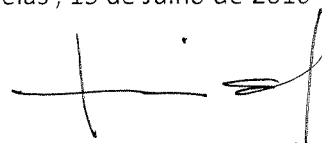
Na redacção do documento proíbe-se a utilização de mecanismos de rega automática: uma incongruência evidente se atendermos às áreas dos talhões que variam entre os 30 e 50 m<sup>2</sup>.

Refere-se o pagamento de uma taxa, sem contudo existir enquadramento no respectivo regulamento de taxas e tarifas municipais.

Não se ressalva que as hortas pedagógicas são exclusivamente para utilização de professores e alunos, atendendo a que o perímetro da escola não deve ser utilizado por estranhos à comunidade escolar por motivos de segurança;

Refere-se que os produtos resultantes das hortas pedagógicas podem ser consumidos nos refeitórios escolares, sem se acautelar tal possibilidade.

Odivelas, 13 de Julho de 2016

A handwritten signature in black ink, consisting of a horizontal line with a vertical stroke intersecting it, followed by a stylized flourish.

A Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente

Esta apreciação não mereceu o voto favorável do Membro da Assembleia Municipal Miguel Ramos;